

Leia neste número:

UGT exige a revogação imediata das MPs	01
28 de Janeiro: Dia Nacional de Lutas	02
Mais um golpe nos trabalhadores	03
Reunião das Centrais Sindicais na sede da CUT	03
Mais imposto agravará a recessão	03
Desemprego aumentará até 2017	04
Dilma veta a correção da tabela do IR	04
UGT-RS faz ato contra altas das taxas de juros	05
TST reafirma Súmula contra terceirização	05
1% da população mundial detém 50% do PIB do planeta	05

UGT exige a revogação imediata das MPs

UGT e centrais exigem revogação das medidas que retiram direitos dos trabalhadores

Em reunião nesta segunda-feira, 19, com os ministros Miguel Rosseto (Secretaria-Geral da Presidência da República), Carlos Gabas (Previdência Social), Nelson Barbosa (Planejamento) e Manoel Dias (Trabalho e Emprego), **o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah**, reivindicou a imediata revogação das Medidas Provisórias números 664/14 e 665/14, que restringem o acesso da população e trabalhadores a benefícios previdenciários e trabalhistas.

O governo informou que não pode fazer a revogação, mas destacou que está aberto ao diálogo. Uma nova rodada está prevista para o mês de fevereiro, com encontros entre as áreas técnicas das centrais e dos ministérios envolvidos ainda em janeiro.



De acordo com os ministros presentes, não haverá cortes nem redução de direitos trabalhistas com a aplicação das novas regras, o que foi duramente contestado pelos dirigentes sindicais, que apontaram uma série de restrições para os trabalhadores acessarem os direitos, principalmente os jovens e os pertencentes aos setores mais vulneráveis que sofrem a alta rotatividade do trabalho.

Após os presentes ouvirem as explicações dos ministros sobre as mudanças restritivas sobre os direitos previdenciários e trabalhistas (como o abono salarial, auxílio-doença, pensão por morte, seguro-desemprego e seguro-defeso), Patah foi o primeiro presidente de centrais que falou.

Destacou que no último dia 8 de dezembro de 2014, em Brasília, todas as centrais sindicais se reuniram com a presidente da República, Dilma Rousseff, e tiveram ótima impressão e criaram uma boa expectativa, pois ela afirmou claramente seu compromisso de comunicar, ouvir, dialogar e negociar com as centrais sindicais eventuais mudanças dos direitos trabalhistas dos trabalhadores.

“No entanto, destacou Patah, essa boa expectativa foi frustrada poucos dias depois, no último dia 29 de dezembro, quando essas mesmas centrais que aqui estão foram chamadas à Brasília. Ali, o que o governo fez foi apenas comunicar as medidas restritivas sem que antes fossem consultados. Não concordamos nem com a forma como foram apresentadas as MPs e muito menos com o seu conteúdo”.

Patah afirmou que a UGT é favorável à sustentabilidade do sistema de proteção social e do equilíbrio fiscal, mas que isso não pode ser feito retirando-se direitos dos trabalhadores e prejudicando os que estão entrando hoje no mercado de trabalho, principalmente os jovens.

continua>>>>>



Veja a apresentação dos ministros sobre as medidas propostas



Veja a avaliação da UGT

>>> UGT exige a revogação imediata das MPs

Munido de um documento da UGT, que analisa as MPs 664 e 665 e apresenta um conjunto de propostas, Ricardo Patah afirmou que “a busca do equilíbrio fiscal pode se dar sem que se atinja os direitos dos trabalhadores”. Ele cobrou medidas urgentes do governo federal para que as empresas beneficiadas com as desonerações da folha de pagamento ofereçam contrapartidas favoráveis aos trabalhadores, como a manutenção do emprego e o fim da rotatividade do trabalho, “um verdadeiro crime contra o trabalhador”!

Logo em seguida, Patah exigiu a imediata **regulamentação do direito constitucional assegurado no artigo 239, parágrafo 4, da Constituição Federal, que diz que o financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio do setor**. Para ele, “a regulamentação deste artigo possibilitará um combate ao alto índice de rotatividade do trabalho que se verifica em vários setores, como agricultura, comércio, construção civil dentre outros. Além disso, defendemos a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que disciplina a proteção do trabalhador contra a despedida sem justa causa”.

Além disso, Patah apresentou um conjunto de alternativas para a recuperação fiscal do Estado. Do lado das despesas, destacou que era preciso “reduzir a taxa de juros Selic que incide sobre a dívida pública, pois 1% de redução na taxa significará uma economia de mais de R\$ 24 bilhões por ano, mais do que os R\$ 18 bilhões que o governo quer com a mexida nos direitos trabalhistas”.

“1% de redução na taxa de juros significará uma economia de mais de R\$ 24 bilhões por ano - mais do que os R\$ 18 bilhões que o governo quer com a mexida nos direitos trabalhistas”.

Outro ponto que ele destacou, foi a necessidade de redução dos gastos em publicidade, atualmente na casa dos R\$ 2,5 bilhões por ano e em quatro anos pode chegar a mais de R\$ 10 bilhões. Foi duro e enfático na cobrança de medidas eficazes e ágeis por parte do governo federal “na luta contra a praga da corrupção. Não podemos permitir isso mais. Estamos condenando o futuro do país”.

Além disso, Patah apresentou medidas concretas para aumentar as receitas, dentre as quais a regulamentação do dispositivo constitucional que prevê a criação do imposto sobre grandes fortunas; a cobrança por da União da dívida ativa (que são tributos devidos e não pagos por pessoas físicas e jurídicas à União), que chega a impressionantes de R\$ 1,3 trilhão; o fim da isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos; o aumento do imposto territorial rural para terras improdutivas; a criação de imposto sobre a remessa de lucros; o aumento do imposto de renda sobre os bancos e latifúndios improdutivos; criação de impostos sobre bens de luxo como iates, lanches, jatinhos etc., que são isentos atualmente e exigiu o fim da defasagem da tabela do imposto de renda, que penaliza o trabalhador e faz com que os ricos paguem pouco imposto.

Por fim, Patah afirmou que o movimento sindical está aberto a negociações, mas o governo também tem de levar em conta a agenda dos trabalhadores e reafirmou que os direitos dos trabalhadores são inegociáveis.

Depois da fala de Ricardo Patah, falaram os demais presidentes das centrais sindicais. Todos foram unânimes em exigir a imediata revogação das medidas provisórias. E se comprometeram a apresentar medidas alternativas ao governo.

28 de Janeiro: Dia Nacional de Lutas



Trabalhadores vão às ruas

Os trabalhadores vão às ruas no dia 28 próximo para a realização de atos e paralisações em todo o Brasil em defesa dos direitos ameaçados.

As centrais sindicais farão pressão sobre o Congresso Nacional, que deve apreciar e votar as medidas.

Um Jornal do Trabalhador unificado das entidades convocará o dia Nacional de Lutas.

Em 26 de fevereiro, as centrais farão uma marcha para intensificar a pressão.

Mais um golpe nos trabalhadores

Especuladores estão rindo a toa com alta da taxa Selic para 12,5%

A decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) em elevar a taxa Selic é mais um golpe do Governo contra os trabalhadores e a produção.

Essa é a primeira vez que a autoridade monetária se reúne sob o comando da nova equipe econômica, encabeçada pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy e do Planejamento, Nelson Barbosa. Nesse primeiro encontro os especuladores levaram a melhor, e a taxa Selic foi elevada em 0,5%, chegando a 12,5% ao ano.

O aumento é um golpe na produção e no consumo e, conseqüentemente, vai oprimir a economia, agravando a situação dos trabalhadores. A medida vai contra o desenvolvimento do País e a geração de emprego.

Para o trabalhador, o aumento da Selic influencia os juros cobrados em operações para compra a crédito e também leva às alturas o juro do rotativo do cartão e cheque especial.

Aumentar a taxa de juros para conter o consumo e controlar a inflação é medida adotada por quem não tem proposta para o desenvolvimento econômico do País e pratica uma política conservadora. Esse, em uma semana, depois do veto ao aumento na correção da tabela do Imposto de Renda, é o segundo golpe contra a sociedade e a classe trabalhadora e nos dá mais motivação para uma reação a altura.

Ricardo Patah, presidente Nacional da União Geral dos Trabalhadores

Reunião das Centrais Sindicais na sede da CUT



Mais imposto agravará a recessão

Para a **União Geral dos Trabalhadores**, na atual conjuntura, o aumento de impostos só vai agravar a recessão, o desemprego e impedir o desejado equilíbrio do orçamento fiscal, O aumento dos impostos, somado ao aumento dos juros, vai dificultar a recuperação da economia e aumentar o desemprego.

O coordenador de relações sindicais do Dieese, que coordena o grupo técnico de assessoria das centrais, **José Silvestre** não tem dúvida sobre a natureza das propostas apresentadas até agora pela nova equipe econômica, que incluem ainda aumento de tributos e redução de crédito, entre outros itens. "**A lógica é de colocar a economia no chão**", afirmou Silvestre à revista Carta Capital.

Segundo ele, as medidas têm caráter recessivo e terão impacto no mercado de trabalho. "Deve haver aumento da taxa de desemprego, uma desaceleração do ritmo de formalização e crescimento da informalidade", avalia. E o próprio governo, que espera conter gastos e aumentar a arrecadação, pode ver a sua receita diminuir.

"Você está atacando áreas e recursos que vão para parcela grande da população, que em certa medida dinamizam a economia. São medidas que vão ter um efeito não apenas conjuntural. E vão na contramão do que a gente vinha assistindo nos últimos anos", diz Silvestre.

Desemprego aumentará até 2017

Brasil terá 3 anos de aumento de desemprego, prevê OIT

O Brasil sofrerá um aumento do desemprego durante três anos e a alta se estabilizará em um novo patamar mais elevado apenas em 2017. A nova tendência reverte um período de melhoria no mercado do trabalho e cria dificuldades para avanços sociais e no combate à pobreza.

A previsão é da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, em seu informe anual sobre o mercado de trabalho, alerta que a desaceleração da economia brasileira terá um custo social e que a expansão do crédito como forma de crescimento da economia não era algo "sustentável". A alta do desemprego no Brasil segue uma tendência de aumento da taxa nos países emergentes que, até 2014, pareciam isentos da crise mundial.



Pelos dados da OIT, o desemprego no Brasil passou de 6,5% em 2013 para 6,8% em 2014. Neste ano, a taxa deve dar um novo salto e chegará a 7,1%. Nem a Olimpíada ou a Copa do Mundo teriam conseguido reverter a tendência. Em 2016 e 2017, a taxa subirá para 7,3%.

O índice não atingirá a marca de 8% registrado em 2007. Mas, ainda assim, ficará acima da média mundial e, em 2016, o desemprego no Brasil será superior à média dos países desenvolvidos. EUA e Europa estiveram no centro da crise mundial, que afetou de forma importante o mercado de trabalho nas economias maduras.

Guy Rider, diretor-gerente da OIT, não deixa dúvidas sobre a situação do Brasil. "Os dados são decepcionantes", declarou. "O crescimento é praticamente zero". Para ele, uma combinação de fatores explica a alta do desemprego no Brasil. Um deles seria a alta dependência do País no desempenho das commodities. A queda dos preços internacionais teria afetado o setor e contribuído para o desemprego.

O relatório **Panorama Laboral 2014** lançado na última quinta-feira (11) pelo Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, revela que a desaceleração econômica começou a impactar o mercado de trabalho na região. "Existem sinais de alerta", disse a Diretora Regional da OIT, Elizabeth Tinoco, durante a apresentação do relatório no México.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informou que a taxa de desemprego urbano na América Latina e no Caribe se comportou de forma "atípica" em 2014, ao continuar caindo apesar da desaceleração econômica, mas alertou que o crescimento lento já começou a ter um impacto sobre o mercado de trabalho.

Dilma veta a correção da tabela do IR

Após elevar tributos, Dilma veta correção da tabela do IR em 6,5%

Depois que seu governo anunciou um pacote de elevação de tributos, a presidente Dilma Rousseff vetou o texto aprovado pelo Congresso que corrigia em 6,5% a tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A medida aliviaria a tributação dos salários e outros rendimentos, ao utilizar um índice mais compatível com a inflação do ano passado, de 6,41%.

A administração petista deverá promover novamente uma correção de 4,5% da tabela, correspondente à meta oficial de inflação -que é descumprida desde 2010. Na prática, haverá, novamente, um aumento do IR.

Isso acontece porque os trabalhadores que conseguem correção dos salários passam a pagar alíquotas mais altas.

Em documentos publicados nos governos Lula e FHC, a Receita Federal defendeu essa alta de carga tributária com o argumento de que o IR das pessoas físicas arrecada pouco no Brasil para padrões internacionais.

A alíquota mais alta do país, por exemplo, é de 27,5%, contra, por exemplo, 35% na Argentina e 40% no Chile. Em países desenvolvidos, são comuns alíquotas de 50% ou mais. *(Folha de São Paulo)*



Acesse o relatório
**Panorama Laboral
2014 da América
Latina e do Caribe**

**Tabela do IR
acumula
valorização**

UGT-RS faz ato contra altas das taxas de juros

A União Geral dos Trabalhadores (UGT/RS), promoveu ato em frente ao Banco Central em Porto Alegre/RS, contra a altas das taxas de juros, reunindo cerca de dois mil trabalhadores(as) e aposentados(as).

Segundo o Secretário Geral da UGT/RS, Norton Jubelli, a central não pode ficar de braços cruzados, enquanto o Governo Federal faz todo tipo de maldade contra os trabalhadores(as) brasileiros, descumprindo todas as promessas eleitorais.



TST reafirma Súmula contra terceirização de atividade-fim

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, **ministro Barros Levenhagen**, reiterou que o objetivo da Corte ao criar a Súmula 331 - que impede a terceirização de atividades-fim - foi preservar os princípios constitucionais do valor social do trabalho e da isonomia laboral.



Ao responder indagações do ministro Luís Roberto Barroso, relator no STF da ação movida pela Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), questionando a legalidade da medida, Levenhagen destaca que a Súmula assegurou "igualdade de condições de trabalho e de salários" entre os trabalhadores dentro das empresas.

No ofício (uma verdadeira tese), ele enfatiza que o TST agiu com "o anseio de proporcionar solução equânime para solução dos conflitos" envolvendo terceirizados e empregados permanentes.

A Abag alega inconstitucionalidade de decisões na Justiça do Trabalho para coibir terceirização ilícita. E vai além ao pleitear a suspensão de qualquer processo e mesmo dos efeitos de decisões já proferidas acerca da discussão de legalidade da terceirização de serviços. A ação foi apresentada após pedido de Adin da multinacional Cenibra, visando liberar os tomadores de serviços terceirizados de responsabilidades trabalhistas.

1% da população mundial detém 50% do PIB do planeta

A riqueza acumulada por 1% da população mundial será superior a tudo o que os demais possuem. Os dados foram apresentados nesta segunda-feira, 19, pela entidade **Oxfam**, às vésperas do **Fórum Econômico Mundial de Davos** e que justamente reúne a cúpula do planeta.

Segundo a entidade, a fortuna de 99% da população mundial será equivalente a tudo o que acumula apenas a nata da sociedade, cerca de 1% do mundo. Para a entidade, a crise econômica mundial que começou em 2008 resultou em uma "explosão da desigualdade". Hoje, uma a cada nove pessoas ainda passa fome no planeta que produz alimentos para três planetas e mais de 1 bilhão de pessoas ganham menos de US\$ 1,25 por dia.

O que chama a atenção da entidade, porém, é que a concentração de riqueza é cada vez maior. Em 2009, a parcela de 1% mais rica da população mundial acumulava 44% do PIB do planeta. Em 2014, essa taxa chegou a 48% e, em 2016, ela atingirá 50%.

Em média, cada pessoa dessa elite do planeta mantém uma renda de US\$ 2,7 milhões. Dos demais 52% do PIB global, quase tudo está nas mãos da camada dos 20% mais ricos.

O restante da população do mundo - cerca de 80% - precisa dividir 5,5% da riqueza do planeta e acumula uma renda de apenas US\$ 3,8 mil. O valor é 700 vezes menor que a renda da elite. (*Estadão*)

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos



Leia: Riqueza:
tenerlo todo y
querer más